



INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA E OS ESTUDOS CTS: CIRCULAÇÃO DESIGUAL DE SABERES E IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

INTERNATIONALIZATION OF SCIENCE AND STS STUDIES: UNEQUAL CIRCULATION OF KNOWLEDGE AND SOCIOCULTURAL IMPACTS

DOI: 10.5281/zenodo.20603201



Andréia Businaro Forim¹

Bruno Soto de Andrade²

Aline de Fátima Cruz Rodrigues³

Ubirajara Donisete Ferreira Leão⁴

Rafaela Vareda Goffredo Santini⁵

Ronaldo Pereira Souza⁶

RESUMO

A internacionalização da ciência e da educação superior tem sido apresentada como condição necessária para o avanço científico, tecnológico e institucional. Contudo, estudos recentes no campo Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) e das Epistemologias do Sul demonstram que tal processo é

1 Graduação: Secretariado Executivo Bilíngue - Faculdades Integradas de São Carlos (FADISC) e Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

2 Graduação em Administração Pública - Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Mestrado em Administração e Sociedade - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

3 Graduação em Pedagogia - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Mestre em Educação e Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

4 Graduação em Letras (Português/Espanhol) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Mestrado em Processos de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara (UNIARA).

5 Graduação em Letras (Português/Espanhol) - Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Mestrado em Estudos Literários - Universidade Estadual Paulista (UNESP).

6 Graduado em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Mestre em Educação - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





atravessado por assimetrias históricas e geopolíticas que configuram a circulação desigual de saberes, tecnologias e práticas científicas. Este trabalho, fundamentado em pesquisa bibliográfica, analisa como a internacionalização é marcada por relações de poder que reforçam a colonialidade do saber. Além de problematizar o discurso hegemônico da neutralidade científica, o estudo evidencia que a produção de conhecimento é socialmente situada, politicamente condicionada e profundamente hierarquizada entre Norte e Sul globais. Conclui-se que a reconstrução de uma ciência mais justa requer a valorização dos saberes periféricos, a ampliação das redes de cooperação Sul-Sul e a promoção de ecologias de saberes que rompam com a lógica de dependência acadêmica.

Palavras-chave: Internacionalização da Ciência, Estudos CTS, Circulação desigual de saberes

ABSTRACT

The internationalization of science and higher education has been presented as a necessary condition for scientific, technological, and institutional advancement. However, recent studies in the field of Science-Technology-Society (STS) and the Epistemologies of the South demonstrate that this process is permeated by historical and geopolitical asymmetries that shape the unequal circulation of knowledge, technologies, and scientific practices. Grounded in bibliographic research, this work analyzes how internationalization is marked by power relations that reinforce the coloniality of knowledge. In addition to problematizing the hegemonic discourse of scientific neutrality, the study highlights that knowledge production is socially situated, politically conditioned, and profoundly hierarchical between the global North and South. It concludes that building a more just science requires valuing peripheral knowledge systems, expanding South-South cooperation networks, and promoting ecologies of knowledge that challenge academic dependency.

Keywords: Internationalization of Science; STS Studies; Unequal Circulation of Knowledge

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização da ciência e da educação superior, frequentemente apresentada como símbolo de modernização e inserção global, consolidou-se nas últimas décadas como um dos principais eixos estratégicos de universidades e centros de pesquisa. No entanto, quando examinada criticamente à luz dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e das Epistemologias do Sul, essa internacionalização revela tensões profundas relacionadas às assimetrias históricas, epistêmicas e geopolíticas que estruturam a circulação mundial dos saberes. Longe de constituir um fenômeno neutro, ela opera dentro da matriz de poder





colonial moderna, articulando capitalismo, eurocentrismo e hierarquização global do conhecimento, conforme argumentam Quijano (2005) e Santos e Meneses (2009).

Santos e Meneses (2009) demonstram que a ciência moderna se edificou sobre um pensamento abissal, que estabelece fronteiras radicais entre formas de conhecimento consideradas válidas e superiores, localizadas no Norte global, e formas deslegitimadas ou tornadas invisíveis, produzidas majoritariamente nos contextos colonizados. Esse mecanismo gera o que Santos denomina epistemicídio, isto é, a supressão sistemática de epistemologias e práticas cognitivas consideradas inferiores ou não científicas. Assim, a internacionalização, tal como estruturada hegemonicamente, tende a reforçar a colonialidade do saber, reproduzindo hierarquias que colocam universidades e cientistas do Sul global em posições periféricas, dependentes e subalternizadas.

A literatura recente evidencia que a circulação de saberes, pesquisadores e tecnologias segue padrões profundamente desiguais. Estudos como os de Leal e Moraes (2018, 2021) mostram que as políticas de internacionalização ainda se orientam por modelos e métricas globais que valorizam centros, idiomas e agendas definidas no Norte. Como resultado, a internacionalização frequentemente atua como mecanismo de concentração e reafirmação do poder epistêmico, em detrimento da produção local e da diversidade de perspectivas científicas. Esse movimento é reforçado por dinâmicas globais que, segundo Santos (2011), configuram a globalização como um vasto campo de conflitos no qual interesses hegemônicos e subalternos disputam os sentidos da produção de conhecimento.

Embora a internacionalização amplie possibilidades de cooperação, intercâmbio acadêmico e acesso a redes globais, ela também aprofunda dependências estruturais. Países do Sul global, como argumentam Azevedo, Catani e Hey (2017), tendem a assumir posições assimétricas nesses fluxos, contribuindo com recursos humanos e materiais, mas raramente ocupando posições de liderança científica. Mesmo iniciativas de cooperação Sul-Sul, como mostram França e Padilla (2015), embora representem alternativas promissoras, ainda



enfrentam desafios relacionados à persistência de hierarquias históricas e ao peso dos referenciais eurocentrados que orientam a legitimidade acadêmica internacional.

Do ponto de vista dos Estudos CTS, a crítica ao mito da neutralidade científica torna visível que toda prática de conhecimento é situada, política e culturalmente condicionada e atravessada por relações de poder. As Epistemologias do Sul, por sua vez, reforçam a necessidade de reconhecer a pluralidade epistêmica do mundo, a validade dos saberes produzidos em contextos subalternizados e a urgência de construir ecologias de saberes que rompam com a monocultura da racionalidade moderna. Como ressaltam Santos e Meneses (2009), descolonizar o conhecimento implica não apenas criticar a hierarquia epistêmica existente, mas reconstruir espaços de diálogo horizontal e tradução intercultural.

Apesar do avanço dessas discussões, ainda há uma lacuna importante na literatura: faltam análises que articulem de forma sistemática os aportes CTS e as perspectivas decoloniais para compreender como a internacionalização da ciência contribui para a reprodução ou, eventualmente, para a contestação das desigualdades na circulação global de saberes e tecnologias. Em outras palavras, embora haja críticas consolidadas, persiste a necessidade de integrar esses campos teóricos para analisar a internacionalização como fenômeno sociopolítico e não apenas como estratégia institucional.

Diante dessa lacuna, este trabalho pergunta: De que modo a internacionalização da ciência reproduz assimetrias epistêmicas e sociotécnicas entre Norte e Sul globais e como perspectivas CTS-decoloniais podem contribuir para práticas de internacionalização mais plurais, democráticas e socialmente justas?

Para responder a essa questão, o objetivo deste estudo é analisar criticamente as implicações da internacionalização da ciência na produção e circulação desigual dos saberes, articulando contribuições dos Estudos CTS e das Epistemologias do Sul. Busca-se compreender como a colonialidade do saber estrutura a cooperação científica internacional e identificar possibilidades de construção de ecologias de saberes e redes epistêmicas horizontais que desafiem a lógica de dependência acadêmica.





2. METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Tal escolha fundamenta-se na necessidade de realizar uma análise aprofundada das contribuições identificadas na literatura científica referentes ao campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e às suas implicações na internacionalização da ciência. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador acessar, sistematizar e interpretar materiais previamente produzidos, tais como artigos científicos, livros, capítulos, dissertações e relatórios acadêmicos, oferecendo um panorama aprofundado do estado da arte sobre determinado tema.

A investigação, de caráter teórico, foi conduzida por meio de um levantamento bibliográfico acerca da Internacionalização da Ciência e dos Estudos CTS, com o objetivo de mapear o estado da arte, identificar lacunas, contradições ou tendências e propor novas perspectivas de análise.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas:

1. Levantamento bibliográfico: identificação e reunião das obras citadas no artigo de referência e de outras publicações correlatas localizadas em bases como Google Scholar, SciELO e Periódicos CAPES.
2. Leitura analítica e seleção de trechos centrais: exame crítico dos textos, com foco na compreensão dos conceitos-chave, colonialidade do saber, circulação desigual de ideias, campo científico, redes sociotécnicas, cooperação Sul-Sul, ecologias de saberes e crítica à neutralidade científica.
3. Síntese interpretativa: integração dos principais argumentos da literatura em um corpo teórico coeso, alinhado aos objetivos do estudo e organizado de maneira a evidenciar convergências, tensões e lacunas entre as abordagens analisadas.





Assim, a metodologia adotada permitiu a construção de uma análise conceitual ampla e fundamentada, capaz de sustentar uma reflexão crítica sobre os impactos socioculturais da internacionalização da ciência e os desafios para a construção de práticas científicas mais democráticas e plurais.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO E DESIGUALDADE NA CIRCULAÇÃO DE SABERES

A desigualdade na circulação do conhecimento é resultado de estruturas históricas de dominação. De acordo com MALDONADO-TORRES (2009), a dominação na ciência e na educação superior é vista como a continuidade do projeto colonial. O colonialismo foi, para além de todas as dominações por que é conhecido, também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder.

O conceito de Epistemologias do Sul, formulado por Boaventura de Sousa Santos (2014), é uma proposta teórico-política que busca reconhecer, valorizar e legitimar os conhecimentos produzidos fora da lógica hegemônica ocidental e eurocêntrica. Ele surge como uma crítica ao que o autor denomina de “monocultura do saber científico”, isto é, à ideia de que apenas a ciência moderna ocidental detém validade universal.

Segundo Santos (2014), o conceito de Sul não se refere exclusivamente a uma geografia. É uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão.

Para Azevedo, Catani e Hey (2017), a internacionalização da ciência carrega as marcas da hierarquia e do imperialismo cultural e deve ser entendida como um processo atravessado por relações de poder e capital simbólico, nas quais a circulação das ideias e a internacionalização da educação superior refletem as hierarquias do campo acadêmico global.

Inspirando-se em Bourdieu, os autores explicam que o campo científico é estruturado por lógicas de dominação e reconhecimento, de modo que as ideias produzidas no Norte





global têm maior legitimidade e difusão internacional, enquanto as do Sul permanecem periféricas.

Nesse mesmo sentido, Maíz e Fonseca (2019) argumentam que a internacionalização de saberes é mediada por redes acadêmicas assimétricas: a cooperação pensada para além das fronteiras nacionais é uma exigência dos nossos tempos, mas ainda marcada pela concentração editorial e pelas revistas culturais e acadêmicas como instrumentos de poder e circulação seletiva de ideias.

O eixo da circulação desigual de saberes e tecnologias explica-se pela persistência de estruturas de dominação que impuseram um modelo único de conhecimento.

Silva (2022) discute a decolonialidade do saber e as ecologias dos saberes como práticas insurgentes do Sul Epistemológico. De acordo com o autor, a decolonialidade do saber permite romper com os nós estruturais e epistemológicos da modernidade ocidental, reconhecendo saberes locais nascidos das lutas sociais.

De acordo com Leal e Moraes (2018), a internacionalização da educação superior é compreendida como um fenômeno ambíguo, ao mesmo tempo promotor de cooperação e reprodutor de desigualdades. Segundo os autores, as desigualdades subjacentes às relações Norte-Sul também se manifestam no domínio da educação superior internacional.

Esses autores defendem que a decolonialidade deve ser incorporada como epistemologia crítica do campo da internacionalização, reconhecendo as raízes históricas e epistêmicas da dependência acadêmica e propondo cooperações Sul-Sul como alternativa às formas neocoloniais de internacionalização, propondo que os países do Sul construam redes epistêmicas autônomas, capazes de romper com a dependência cognitiva e metodológica do Norte.

A globalização acadêmica intensificou a circulação de informações, mas também acentuou as hierarquias entre os centros produtores e consumidores de conhecimento. Conforme Leal e Moraes (2018), a internacionalização da educação superior atua sob o



alicerce de um imaginário global dominante e está ontológica e epistemologicamente imersa na matriz cultural do poder colonial.

Nesse contexto, a internacionalização da ciência deve ser reconfigurada como um processo dialógico, que valorize a diversidade cultural e epistêmica, superando o modelo competitivo e excludente imposto pela globalização neoliberal.

A partir da psicologia e das ciências sociais, Sato e Nardi (2021) problematizam as políticas de internacionalização e suas assimetrias. Segundo os autores, as políticas de internacionalização tendem a reproduzir hierarquias entre os conhecimentos produzidos no Norte e os do Sul, perpetuando a colonialidade na ciência e na formação acadêmica.

Para Santos e Meneses (2009), as relações sociais são, por natureza, culturais, sejam elas intraculturais ou interculturais, e políticas, uma vez que expressam distribuições desiguais de poder. Desse modo, todo conhecimento considerado válido é sempre contextual, tanto em função das diferenças culturais quanto das diferenças políticas. Para além de determinados níveis de diversidade cultural e política, as experiências sociais configuram-se como múltiplas formas de conhecimento, cada uma sustentada por seus próprios critérios de validade, ou seja, por saberes que coexistem em tensão e rivalidade.

Para Woolgar e Latour (1997), um fato científico não circula de maneira independente, mas depende de processos de mobilização e tradução realizados dentro de uma rede de atores. Esta rede é composta por laboratórios, artigos, conferências, instrumentos, financiamentos e alianças. A internacionalização bem-sucedida é a capacidade de estender e fortalecer essa rede, tornando-se um ponto de passagem obrigatório.

Com base na teoria Woolgar e Latour (1997) é importante analisar as assimetrias nas redes. As redes dos países centrais são muito mais densas, robustas e bem financiadas. Elas conseguem recrutar mais efetivamente dados, pesquisadores e recursos do mundo todo, estabilizando suas versões da realidade. A circulação desigual ocorre porque algumas redes têm um poder de tradução e mobilização muito maior do que outras.





Enquanto Woolgar e Latour (1997), propõem uma antropologia simétrica que observa os laboratórios como espaços de produção de fatos por meio de redes sociotécnicas, Bourdieu (2004), enfatiza o campo científico como um espaço autônomo de disputas simbólicas, estruturado por relações de força, capitais e distinções.

Para Bourdieu (2004), o campo científico é um espaço social estruturado de posições onde os agentes (cientistas, instituições) competem pela legitimidade científica e pelo capital específico do campo. Nesse sentido, o campo atua como um agente selecionador ao impor estratégias e escolhas. A estrutura do campo, definida pela distribuição do capital científico, atribui a cada investigador, em função da sua posição, as estratégias e as tomadas de posição científicas, bem como as hipóteses objetivas de êxito.

Segundo Bourdieu (2004), há uma tensão entre obter o reconhecimento científico internacional (ligado à pesquisa básica e aos critérios de invenção) e satisfazer a demanda social (ligada à pesquisa aplicada e à inovação econômica, muitas vezes nacional e temporária).

Nesse sentido, Bourdieu fornece a estrutura sociológica para entender a internacionalização da ciência como uma luta por poder e legitimidade dentro do campo científico global, onde a circulação de saberes é orientada pela acumulação de capital científico.

De acordo com Santos, Araújo e Baumgarten (2016), desde logo, o discurso hegemônico sobre a internacionalização da ciência, muito claro sobre a língua de publicação dos resultados, o inglês, coloca pesquisadores e pesquisadoras, bem como editores de periódicos (instrumentos por excelência de divulgação científica entre pares e para a sociedade) em larga desvantagem em relação à pesquisa efetuada em países que usam no cotidiano a língua hegemônica. Tendo em conta a forte relação entre língua e cultura, não se trata apenas de uma questão técnica de tradução de palavras.

Para Santos, Araújo e Baumgarten (2016, p. 18),

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderem ser discutidos a partir de relações horizontais e sem que as narrativas do Sul sejam sempre sujeitas à extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone).

Galeano (2020) escancara o falso caráter universal da ciência e da tecnologia, expondo que a ciência tida como universal é aquela feita por e para os países centrais, os quais detêm a maior parte dos recursos para tal produção. Décadas atrás, o escritor uruguaio já lançava luz à necessidade de pensarmos soluções que, hoje, podemos chamar de “decoloniais”. São denominadas assim as soluções críticas àquelas hegemônicas provenientes do Norte Global, e baseadas nas experiências e conhecimentos dos povos do Sul que historicamente sofreram com o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado (Santos e Meneses, 2009).

O cenário científico internacional é estruturado em torno de um modelo centro-periferia, onde alguns países do Norte Global atuam como centros de produção de conhecimento, enquanto outros, particularmente no Sul Global, estão posicionados como receptores. Nesse sentido, a comunidade científica internacional não é um clube de iguais e sim um campo altamente hierarquizado, onde instituições e pesquisadores dos países centrais (EUA, Europa) detêm o capital simbólico dominante. Eles definem o que são problemas relevantes, quais metodologias são válidas e controlam os principais meios de divulgação (revistas de alto impacto, em inglês).

A internacionalização dos países periféricos geralmente resulta na injeção de recursos nos países centrais. Por exemplo, pesquisadores do Sul são comumente treinados no Norte, e suas agendas de pesquisa geralmente estão alinhadas com as prioridades das agências de financiamento e centros científicos do Norte, reforçando uma relação de dependência.

Em resposta a essas assimetrias, a cooperação Sul-Sul surgiu como uma alternativa para o desenvolvimento científico entre os países do Sul (França e Padilla, 2015). Iniciativas como o Mercosul visam criar espaços científicos e tecnológicos regionais para superar a dependência do Norte Global, embora também enfrentem hierarquias e desafios internos.





Kuhn (2003), ao definir os conceitos de "paradigma", "ciência normal" e "revolução científica", oferece uma chave para entender a resistência à circulação de saberes alternativos.

A comunidade científica internacional opera sob um paradigma dominante. O termo “paradigma dominante”, segundo Kuhn (2003), refere-se ao conjunto de crenças, teorias, valores, técnicas e pressupostos compartilhados por uma comunidade científica, que orienta a pesquisa normal. Este paradigma é, em grande parte, moldado pelos centros de poder científico. A internacionalização, nesse sentido, é a disseminação e consolidação global de um paradigma específico.

A imposição de um paradigma único apaga outras formas de conhecer o mundo. Tecnologias desenvolvidas no Norte são introduzidas no Sul como soluções universais, ignorando contextos sociais, ecológicos e culturais específicos. Isso pode levar ao que Boaventura de Sousa Santos chama de "epistemicídio", ou seja, a destruição de sistemas de conhecimento subalternizados. A revolução científica, que para Kuhn é uma mudança de mundo, imposta de fora, é uma forma de violência cultural.

A visão conjunta desses autores revela que a internacionalização da ciência é um fenômeno profundamente ambíguo. Por um lado, pode facilitar a colaboração e a resolução de problemas globais. Por outro, é um mecanismo poderoso de homogeneização cultural, dominação epistêmica e perpetuação de desigualdades.

Essa análise nos permite ir além do discurso idealizado, permitindo enxergar as disputas de poder, os paradigmas em conflito e as redes políticas que atravessam a produção e circulação do conhecimento global.

Essa análise nos permite ir além do discurso idealizado, permitindo enxergar as ambiguidades estruturais do campo científico, onde os conflitos intelectuais são também disputas de poder, os paradigmas em conflito e as redes políticas que atravessam a produção e circulação do conhecimento global.

Além dessas interpretações sociológicas e históricas da ciência, as contribuições de Popper (1972) permitem aprofundar a crítica às condições de produção e circulação global



dos saberes. O autor argumenta que o avanço do conhecimento depende da formulação de conjecturas ousadas e da possibilidade permanente de sua crítica e refutação. Esse princípio, que pressupõe abertura epistemológica e contestação pública, torna-se especialmente revelador quando confrontado com as assimetrias que marcam o cenário científico global. Na prática, apenas determinadas comunidades científicas, majoritariamente localizadas no Norte global, conseguem ter suas hipóteses reconhecidas como dignas de debate e testabilidade. Assim, a desigual distribuição do poder epistêmico limita quem pode participar efetivamente do processo crítico que Popper considera central à ciência, invisibilizando conhecimentos que, situados no Sul global, raramente alcançam o estatuto de hipóteses científicas legitimadas.

Popper (1972) destaca que a vitalidade da ciência depende da pluralidade de perspectivas capazes de confrontar teorias estabelecidas. No entanto, conforme indicam os Estudos CTS e as Epistemologias do Sul, a internacionalização hegemonicamente estruturada restringe esse pluralismo ao impor fronteiras simbólicas e institucionais que definem quais vozes são autorizadas a participar do debate científico. A assimetria no acesso a redes de pesquisa, meios de publicação e reconhecimento institucional contraria o ideal popperiano de uma comunidade científica aberta ao dissenso e orientada pela crítica pública. Dessa forma, a desigualdade epistêmica observada no cenário internacional revela não apenas um problema sociopolítico, mas uma limitação à própria lógica da ciência: sem diversidade de saberes e condições equânimes de participação, o processo de crítica e reconstrução teórica torna-se empobrecido, reduzindo o potencial transformador do conhecimento científico.

A internacionalização, portanto, reflete e reforça a lógica da colonialidade do poder e do saber, conceito central de Quijano (2005) retomado por Santos e Meneses (2009). Para esses autores, a colonialidade não se limita à dominação econômica ou política, mas se estende à produção do conhecimento, definindo o que é considerado ciência e quem pode produzi-la.





4. OS ESTUDOS CTS E A CRÍTICA À NEUTRALIDADE DA CIÊNCIA

Os Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) compartilham da mesma crítica decolonial ao mito da neutralidade científica. De acordo com Rosa e Auler (2016), o movimento CTS surgiu em contextos nos quais a suposta neutralidade da ciência-tecnologia passou a ser problematizada, entendida como legitimadora de modelos decisórios tecnocráticos.

Ao reconhecer que a ciência é uma prática social e política, o enfoque CTS propõe uma educação científica participativa, inspirada em Paulo Freire, na qual os sujeitos se reconhecem como coautores das decisões tecnocientíficas que impactam suas vidas. Essa perspectiva se aproxima das Epistemologias do Sul ao defender que o conhecimento deve emergir de contextos sociais concretos, com valores éticos, culturais e coletivos.

Desse modo, tanto os Estudos CTS quanto a decolonialidade buscam a democratização da produção científica, combatendo os silenciamentos e exclusões históricas que definiram a ciência moderna como universal, objetiva e neutra.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar convergências importantes entre autores dos Estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) e das Epistemologias do Sul ao problematizarem os efeitos da internacionalização da ciência sobre a produção e circulação global de saberes. Os resultados evidenciam que o processo é marcado por profundas assimetrias históricas, epistêmicas e geopolíticas, que se manifestam tanto na definição dos temas de pesquisa quanto nas formas de legitimação científica.

Um dos principais achados diz respeito à circulação desigual dos saberes, apontada com frequência na literatura. Santos (2014) e Maldonado-Torres (2009) argumentam que a ciência moderna está ancorada em estruturas coloniais que privilegiam epistemologias do





Norte Global e marginalizam conhecimentos produzidos em contextos periféricos. Essa análise dialoga com Azevedo, Catani e Hey (2017), que identificam, a partir de Bourdieu, que o campo científico global opera por mecanismos de dominação simbólica que condicionam quais teorias, autores e objetos serão reconhecidos como cientificamente legítimos.

Os estudos também mostram que a internacionalização, apesar de frequentemente apresentada como estratégia neutra de integração acadêmica, tende a reproduzir padrões de dependência intelectual. Leal e Moraes (2018, 2021) demonstram que a internacionalização da educação superior é atravessada por relações de poder que inserem os países do Sul em posição periférica nas redes de circulação científica.

Essas hierarquias influenciam a forma como os países do Sul são vistos na geopolítica do conhecimento, frequentemente como receptores de teorias e tecnologias, e não como produtores legítimos de ciência. Além disso, impactam a formação de pesquisadores, a estrutura curricular e o reconhecimento institucional, promovendo um processo de subalternização epistêmica que limita a criatividade e a autonomia científica.

Essa assimetria na circulação de saberes cria uma dependência intelectual e gera impactos socioculturais profundos, tanto nas práticas acadêmicas quanto nas políticas públicas. Os pesquisadores de países periféricos são pressionados a seguir agendas de pesquisa definidas externamente, a publicar em inglês (muitas vezes negligenciando debates locais cruciais) e a adotar modelos teóricos hegemônicos, sufocando o desenvolvimento de perspectivas locais. A internacionalização pode, assim, constituir uma forma sutil de imperialismo acadêmico.

Outro resultado relevante diz respeito ao caráter sociotécnico da produção científica, conforme discutido por Woolgar e Latour (1997). A análise dos autores permite compreender que fatos científicos não circulam de maneira autônoma, mas por meio de redes sociotécnicas robustas, ancoradas em instituições, financiamentos, instrumentos e alianças políticas. Países centrais mobilizam redes mais densas, o que lhes confere maior capacidade de estabilizar suas versões da realidade científica e difundi-las globalmente.





Esse entendimento complementa a crítica CTS sobre a não neutralidade da ciência, presente em Rosa e Auler (2016). A literatura mostra que decisões tecnocientíficas são moldadas por valores, interesses, tradições institucionais e disputas sociais, especialmente quando associadas a decisões políticas, educacionais e econômicas. Assim, a internacionalização, ao invés de simples fluxo de conhecimentos, opera como mecanismo que reforça hierarquias e modelos tecnocráticos de produção científica.

A análise mostra também efeitos socioculturais mais amplos. Sato e Nardi (2021) destacam que políticas de internacionalização frequentemente reforçam estereótipos e hierarquias entre Norte e Sul, impactando a formação de pesquisadores, a estruturação curricular, a invisibilidade de debates locais e a subalternização de epistemologias não hegemônicas. Esses impactos geram tensões no campo científico, como observam Kuhn (2003) e Bourdieu (2004), uma vez que paradigmas dominantes são mantidos por redes de poder e reconhecimento institucional.

Por outro lado, a bibliografia identificou emergentes movimentos de contestação e reconstrução epistemológica, especialmente por meio da cooperação Sul-Sul, da valorização dos saberes locais e de práticas de pesquisa orientadas por princípios de justiça cognitiva, como apontam França e Padilla (2015), Silva (2022) e Santos e Meneses (2009). Tais iniciativas demonstram que é possível construir alternativas à lógica de dependência acadêmica, criando espaços de diálogo intercultural e ecologias de saberes que desafiam a hegemonia epistêmica global.

De modo geral, os resultados e discussões revelam que a internacionalização da ciência, longe de ser um processo homogêneo ou neutro, configura-se como espaço de disputas simbólicas, tensões políticas e negociações epistemológicas. Ao mesmo tempo em que abre possibilidades de cooperação, pode reproduzir e aprofundar desigualdades históricas. Assim, compreender suas implicações demanda um olhar crítico capaz de articular CTS, decolonialidade e justiça cognitiva.





6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica realizada, conclui-se que a internacionalização da ciência é um fenômeno complexo, ambíguo e multidimensional. Embora amplamente defendida como mecanismo de fortalecimento acadêmico e de inserção global, ela se articula com estruturas históricas de colonialidade que produzem e mantêm desigualdades profundas na circulação de saberes entre Norte e Sul globais, enfatizando a necessidade de reconfigurar a internacionalização da ciência como processo dialógico e socialmente justo.

Os estudos analisados demonstram que a produção científica internacional está longe de constituir um espaço horizontal. Ela opera com base em hierarquias linguísticas, institucionais e paradigmáticas que privilegiam epistemologias dominantes e marginalizam modelos de conhecimento alternativos. Essa dinâmica limita a autonomia científica dos países periféricos, reprime a diversidade epistêmica e reduz a pluralidade de perspectivas nos processos de construção do conhecimento.

Ao integrar contribuições dos Estudos CTS e das Epistemologias do Sul, este estudo evidencia que a ciência é uma prática social e política, estruturada por relações de poder e disputas simbólicas. Nesse sentido, não é possível compreender a internacionalização sem considerar as redes sociotécnicas que estabilizam fatos científicos, os mecanismos de legitimação do campo científico global e os efeitos socioculturais das decisões tecnocientíficas.

As alternativas discutidas na literatura apontam caminhos importantes para uma internacionalização mais justa: fortalecimento da cooperação Sul-Sul, valorização dos saberes locais, construção de redes epistêmicas horizontais, reconhecimento da pluralidade cultural e cognitiva e adoção de práticas de tradução intercultural, conforme proposto por Santos (2009, 2014). Essas estratégias são fundamentais para promover um ambiente científico mais democrático, diverso e capaz de enfrentar desafios globais sem, contudo, reproduzir desigualdades históricas.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

***A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)***





Conclui-se, portanto, que repensar a internacionalização da ciência exige deslocamentos epistemológicos e institucionais. Requer políticas que transcendam a simples busca por rankings, indicadores ou competitividade e que se orientem para a promoção da justiça cognitiva, da inclusão epistêmica e da construção de ecologias de saberes que contemplem a diversidade humana e sociocultural. Tal perspectiva é essencial para que a ciência cumpra seu papel social de contribuir para sociedades mais equitativas, sustentáveis e democraticamente participativas, princípios centrais das epistemologias do Sul e das perspectivas CTS latino-americanas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M.; HEY, A. P. Circulação das ideias e internacionalização da educação superior: inferências a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 296–304, 2017.

BOURDIEU, P. *et al.* **Para uma sociologia da ciência**. 2004.

FRANÇA, T.; PADILLA, B. Cooperação Sul-Sul, uma via alternativa? Um caso exploratório entre Brasil e Argentina. In: **Fórum Sociológico**. Série II. CESNOVA, 2015. p. 61-71.

GALEANO, E. H. **A deusa Tecnologia não fala espanhol**. In: GALEANO, E. H. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2020. p. 322–327.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva. 8ª ed., 2003.

LEAL, F. G.; MORAES, M. C. B. Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 87, 2018.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





LEAL, F. G.; MORAES, M. C. B. Globalização, (de)colonialidade e (contra)hegemonia no contexto da internacionalização da educação superior: o grito surdo da academia. **REAd – Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 313-342, 2021.

MAÍZ, Claudio; FONSECA, Claudia Lorena. Internacionalização de saberes e redes acadêmicas: sobre revistas e circulação das ideias na América Latina. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 81, p. 109-121, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P.(org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra, 2009.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROSA, S. E.; AULER, D. Não neutralidade da ciência-tecnologia: problematizando silenciamentos em práticas educativas CTS. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 2, p. 203-231, 2016.

SANTOS, B.S. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, cap. 1, p. 25-102.

SANTOS, B. S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SANTOS, B.S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, v. 18, p. 14-23, 2016.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



SATO, L.; NARDI, H. C. Psicologia e internacionalização: notas críticas para pensar hierarquias Norte-Sul. **Psicologia USP**, v. 32, e200039, 2021.

SILVA, R. Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento. **Revista Katálýsis**, v. 25, n. 2, p. 356–364, 2022.

WOOLGAR, S.; LATOUR, B. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

Recebido em: 12/04/2026

Aprovado em: 11/05/2026

Publicado em: 09/06/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

